

ENCONTRO ONLINE (APP)ELE

O encontro, realizado *online* no dia vinte e três de maio, contou com a presença de vinte e dois professores e alimentou-se, fundamentalmente, do relato de experiências concretas em cada escola, em condições de trabalho muito diferentes e em sectores de ensino diferentes, mas revelando um quadro de preocupações comuns, que aqui passamos a expor, e nas quais prevaleceu a reflexão sobre o processo de avaliação, a problemática da adaptação às novas condições de exercício docente, as questões da equidade ou falta dela e a incerteza sobre o próximo ano letivo.

Avaliação interna

- Assinalou-se a discrepância verificada entre vários estabelecimentos de ensino no tocante à ponderação dos critérios de avaliação curricular ao longo do ano letivo, em particular no peso dado ao terceiro período.
- Foi expressa a necessidade de objetivar e uniformizar critérios de avaliação e assegurar que os docentes não se encontrarão, no final do ano letivo, numa situação de especial fragilidade perante eventuais recursos e anunciadas auditorias.
- Foi criticado o facto de as orientações ou reflexões centrais terem sido tardias quer quanto a critérios, quer quanto a modalidades.
- Foi apontada a necessidade de encontrar alternativas para as provas de equivalência a frequência.

Adaptação dos processos

- Manifestou-se inquietação com as debilidades do ensino a distância (desigualdade no acesso a recursos informáticos por parte dos alunos, limitada capacidade de controlo da participação virtual, falta de fiabilidade do processo avaliativo, perigos da exposição virtual, invisibilidade de alunos do ensino especial, inexequibilidade da formação em contexto de trabalho do ensino profissional...) e foi ainda expresso um sentimento de frustração com os resultados, aquém do que os professores sabem fazer num quadro presencial, embora extremamente satisfatório dentro das escassas condições criadas.

- Foi vincada a preocupação com o esforço acrescido dos professores em ensino a distância e com a posterior conciliação deste com o ensino presencial, sendo que tal acontece num momento em que já havia sido efectuado um diagnóstico de *burnout* entre o corpo docente. Tal preocupação decorre de que o cansaço, além de não ser desejável como traço de nenhuma profissão, afecta a qualidade do trabalho desenvolvido, pondo em causa a qualidade do ensino a que os alunos têm direito.
- Indicou-se igualmente um acentuado desgaste geral dos alunos e, por conseguinte, as inevitáveis perdas no seu rendimento.
- Refletiu-se sobre o modo como o funcionamento em flexibilidade curricular, introduzindo disparidades na gestão das aprendizagens pelo território nacional, estará a afetar o cumprimento de programas e aprendizagens expectável no terceiro período e a dificultar construções e previsões nesse âmbito (nomeadamente na definição dos conteúdos para a programação televisiva de apoio ao estudo disponibilizada a nível central para o ensino Básico).
- Alertou-se para a importância de dar às virtualidades do digital a justa medida, sem enveredar num discurso de deslumbramento com as mesmas.

Equidade:

- Foi generalizada a preocupação com a evidente desigualdade no acesso a recursos informáticos por parte dos alunos.
- Foi apontado como especial factor de desigualdade a disparidade de soluções encontradas por cada escola, não garantindo que aos alunos sejam oferecidas, em todo o território nacional, as mesmas ou equivalentes condições de aprendizagem (equipamentos informáticos, carga horária para a leção de aulas síncronas e assíncronas ou em regime presencial, conteúdos lecionados, apoio do ensino especial, critérios de avaliação, entre outras.).

Próximo ano letivo

- Foi exprimida apreensão e incerteza com os moldes em que funcionará.
- Sugeriu-se maior uniformidade nos processos, assegurada por orientações claras e atempadas assumidas centralmente pelo Ministério da Educação, sendo que essas decisões deveriam contar também com a auscultação/participação das organizações de professores e ser transmitidas com a formalidade expectável na relação entre a tutela e os trabalhadores, nomeadamente, é desejável que a informação não seja veiculada primeiramente pela comunicação social antes de chegar às escolas por via oficial.
- Foi sublinhado o papel fulcral da programação televisiva como recurso ao alcance de todos e a necessidade do seu aperfeiçoamento e alargamento.

- Foi sugerido que, num regime não presencial, é importante assegurar a oferta síncrona na carga horária mais conveniente ao processo de aprendizagem nessas especiais circunstâncias, garantindo ainda essa oferta a todos os que não assistem a aulas presenciais, com a conseqüente contratação de mais professores.

Condições de trabalho

- Como já foi apontado, foram levantadas preocupações relativamente ao aumento do volume de trabalho dos professores após o início do período de confinamento, prendendo-se essas preocupações com a organização do horário docente: nomeadamente com a gestão de horário em regime não presencial (síncrono e assíncrono) e em regime presencial (por vezes cumulativamente com o não presencial) numas circunstâncias que são por si só mais exigentes.
- Foi vincada ainda a necessidade de reconhecer um aumento do horário não letivo (para preparação das diferentes situações de ensino, para formação acrescida para um novo contexto educativo, para gestão do substancial aumento do volume de correio institucional, etc.).

Exames

- Os participantes manifestaram expectativa perante a prova 847 (recentralizada depois de tanto tempo) e, simultaneamente, preocupação com o facto de não ter sido disponibilizada pelo IAVE uma prova modelo. Do mesmo modo, os presentes mostraram-se críticos relativamente à alteração das regras de exame, por, embora pretenderem corrigir injustiças, poderem estar a acentuá-las.
- A avaliação da produção oral em exame foi discutida de forma particular, merecendo, por parte dos que se manifestaram, especial apreensão relativamente à garantia de condições de segurança sanitária, aconselhando-se a revisão do modelo de realização de prova sob orientação das autoridades sanitárias.
- Foi ainda criticado o papel dos exames como factor determinante na opção pelo regresso às aulas do 11.º e 12.º anos, privilegiando-se, deste modo, a avaliação externa em detrimento das aprendizagens fundamentais.

Formação contínua

- Discutiui-se a necessidade de maior investimento em formação e de reorientar os seus objetivos e modalidades, bem como a necessidade prever no horário de trabalho mais tempo para formação docente.

As questões apontadas ao longo do encontro, são questões que se confirmaram transversais a diferentes sectores e sistemas de ensino, sendo que, no âmbito do ensino superior, se deu especialmente conta de uma adaptação mais acentuada da duração dos tempos letivos (habitualmente muito superior à de outros níveis de ensino), bem como dos singulares contornos da formação inicial de professores em contexto de prática supervisionada. No quadro do ensino privado, na análise da disparidade de situações verificada, foi ressaltada a especificidade do seu enquadramento no sistema educativo.

Deste encontro resultou a decisão de, no imediato, proceder às seguintes diligências:

- produzir um documento para partilhar com outros colegas e dar, igualmente, conta à tutela das reflexões, inquietações e propostas nele recolhidas;
- criar um grupo de trabalho para tornar acessível aos professores de Espanhol um fundo documental e de recursos que possa ajudar a colmatar algumas das suas necessidades num quadro de docência tão exigente como o que vivemos.